



GT 04. Antropologia Biológica e interfaces biologia e cultura: história, pesquisas atuais e perspectivas futuras

Coordenador(es):

Verlan Valle Gaspar Neto (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Pedro Jose Tótorá da Glória (Universidade Federal do Pará)

A história da Antropologia Biológica remonta, pelo menos, ao século XIX, tanto nos chamados centros irradiadores (EUA e Europa) quanto em outros países, inclusive no Brasil. Das primeiras investigações até os dias atuais, a Bioantropologia brasileira tem se apresentado multifacetada, com uma profusão de estudos com reconhecida inserção na comunidade antropológica internacional. Não obstante, praticamente inexistem hoje, no Brasil, espaços de discussão que abordem as interfaces entre Biologia e as ciências humanas, incluindo em um mesmo fórum pesquisas realizadas em Etnobiologia, Antropologia Ecológica, evolução biocultural, Antropologia Forense, Bioarqueologia, Antropologia Genética, Socioecologia da Saúde, Primatologia, entre outros campos correlatos. Inspirada em iniciativas como o simpósio “Reintegrating Anthropology” (Portugal, 2016), organizado pela Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, e o livro editado por Tim Ingold e Gisli Palsson, *Biosocial Becomings: Integrating Social and Biological Anthropology* (2013), a proposta deste GT é abrir espaço a investigações de natureza teórica, experiências em trabalho de campo, bem como relatos de iniciativas institucionais, que contemplem os aspectos históricos, os múltiplos temas atuais, as perspectivas futuras e, sobretudo, as possibilidades de diálogo entre Biologia e Antropologia no e a partir do Brasil.

A caatinga dos biólogos e a política das plantas: uma etnografia da Transposição do Rio São Francisco

Autoria: Eduardo Neves Rocha de Brito (PPGAS)

Esta comunicação parte de pesquisa antropológica de atividades científicas na Transposição do Rio São Francisco. Para tanto, baseia-se em desdobramentos teórico-metodológicos advindos Teoria Ator-Rede de Bruno Latour; perspectiva engajada no entendimento e problematização da Ciência, Estado e agências não-humanas. Os dados apresentados são construídos por work de campo etnográfico junto aos biólogos botânicos que resgatam e monitoram as plantas da caatinga degradada por um dos maiores projetos de desenvolvimento do país. Essa imersão possibilitou acompanhar uma rede sociotécnica onde ciência é vinculada à política por responderem objetivamente a uma demanda desenvolvimentista, assim como mostra práticas que possibilitam ver como a ciência é uma ?política em ação?. Os resultados desta pesquisa refletem sobre os tipos de conhecimentos, agentes, discursos e ideais que são mobilizados a fim de que as plantas da caatinga dialoguem com as políticas estatais e legitimem, assim, uma intervenção que muda parte do curso das águas do maior rio brasileiro. A ideia é mostrar, portanto, como a produção científica inscreve a caatinga sob aspectos reconhecíveis pelo Estado e como acompanhar essa inscrição permite clarear uma forma específica de ?gestão da natureza?.

[Trabalho completo](#)

Análise do uso de plantas medicinais a partir dos fatores renda, escolaridade e faixa etária em uma comunidade do Nordeste Paraense

Autoria: Edivandro Ferreira Machado (Museu Paraense Emílio Goeldi)

As plantas medicinais acompanham o ser humano desde a sua gênese. Foram os primeiros recursos terapêuticos utilizados por ele. Na contemporaneidade, muitas pessoas ainda são dependentes dos sistemas



tradicionais de cura em todo o mundo. Neste contexto, os saberes tradicionais, que são passados majoritariamente por meio da oralidade, assumem notória importância nas comunidades tradicionais, singularmente as amazônicas. Nos dias que seguem, há uma tendência de que pessoas que possuem maior renda mensal façam menor uso de plantas medicinais, exatamente por terem dinheiro suficiente para comprar fármacos. Por outro lado, quem tem menor renda acaba buscando nas plantas medicinais uma forma de tratamento da saúde humana. Esta tendência também é presente no fator escolaridade, onde quem apresenta maior grau de formação e conseqüentemente de informação, acaba utilizando menos a fitoterapia e quem, por variados motivos, tem menos acesso à informação, se utiliza mais desta prática. No que segue, nas comunidades tradicionais há uma tendência de que as pessoas mais velhas tenham um maior domínio sobre o uso e preparo dos fitoterápicos, remédios caseiros. São pessoas que têm saberes acumulados, estando responsáveis por repassá-los aos mais novos. Em vista disso, tencionou-se, com este estudo, analisar o uso de plantas medicinais na comunidade rural do Segredinho, Capanema, Nordeste Paraense, a partir dos fatores renda, escolaridade e faixa etária. Então, por meio da aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado, no mês de maio de 2019, entrevistou-se 30 pessoas, das quais 80% eram mulheres. Na posterior análise e interpretação dos resultados, confirmou-se as tendências supramencionadas. Sim, quem apresentou menor grau de formação e menor renda, fazia maior uso das plantas medicinais. Em contrapartida, quem expôs maior renda e grau de escolaridade, denotou utilizar menos vegetais com fins medicinais. As "bibliotecas vivas" da comunidade, isto é, os moradores mais velhos, apontaram possuir um domínio significativo sobre as plantas medicinais. Fica notório que há um grande uso de plantas medicinais na comunidade rural do Segredinho para o cuidado, manutenção e recuperação da saúde humana. Algumas explicações plausíveis podem ser postas: a comunidade fica relativamente distante de grandes centros urbanos, há ausência de posto de saúde, há uma grande diversidade desses vegetais nos quintais agroflorestais e na mata circundante; o fácil acesso a estas plantas, a fé que move os comunitários. Evidentemente essa fé, o acreditar no poder curativo das plantas não é recente, é algo introspectivo, relacional e transgeracional da comunidade. De qualquer forma, destaca-se uma forte reciprocidade entre a comunidade e o ambiente natural.

[Trabalho completo](#)

Bioarqueologia: Também uma Arqueologia dos Processos de Saúde e Doença

Autoria: Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza (ENSP)

O registro de fatos e saberes relacionados a saúde e a doença remonta à antiguidade, mas os estudos reconhecidos como de paleopatologia, área de conhecimentos mais tarde englobada no campo maior da bioarqueologia, são muito recentes, estando contido, para a maior parte dos autores, no século XVIII. No século XIX alguns precursores adiantaram-se, talvez buscando fortalecer a medicina científica emergente. Mas, efetivamente, apenas no século XX os estudos sobre a saúde e o estar doente no passado puderam avançar, passo a passo, com os avanços científicos de outros campos. Ao longo desta trajetória, mudanças nas perspectivas teórico-metodológicas, grandes avanços de técnica e o fortalecimento das abordagens inter e multidisciplinares, transformaram o que de início pode ter sido apenas um desafio da técnica e um exercício de critérios diagnósticos. O estudo de materiais ou documentos antigos em busca de conhecimentos sobre a saúde e seus companheiros demográficos, nutricionais, sociais, culturais, genéticos, evolutivos e outros, transformou o que antes seria um mero exercício de anatomia patológica em um fértil campo integrador de conhecimentos, capaz de desvelar e associar diferentes campos de informação em torno da interpretação dos achados nos corpos humanos ou seus remanescentes. Por outro lado, dando-lhes sentido e remetendo às vidas de indivíduos e grupos humanos, ilumina o passado a partir de leituras bioantropológicas que



frequentemente se encontram ordenadas em torno de questões sobre saúde e doença. Na procura pelo entendimento do que ocorreu em vida com indivíduos e grupos de indivíduos, e necessário através do recurso a muitos diferentes métodos e técnicas descobrir os processos que ocorreram depois da morte, e desta forma a bioarqueologia dialoga continuamente com a experiência da antropologia forense, por exemplo, dados sobre o contexto arqueológico e saberes da geologia, da estratigrafia, da física e de outros campos são necessários para contar a história que antecede o conhecimento dos fatos ocorridos em vida. Uma vez que sabemos que feições ou lesões nos testemunhos estudados são relacionados ao período da vida, então as diferentes áreas biomédicas contribuirão para descartar hipóteses e interpretações sobre o observado e seu significado. Sabendo o que podem ter sido os fatos da saúde e da doença, volta a ser necessário o diálogo com os saberes arqueológicos, antropológicos, sociológicos e da história, que nos ajudarão a entender e recompor o passado, a partir do eixo de dados bioarqueológicos. Da capacidade de mobilizar diferentes saberes e integrá-los advirá o sucesso de estudos bioarqueológicos, campo de gratificantes experiências inter e multidisciplinares.

Como é ser uma Antropóloga em um Centro de Antropologia e Arqueologia Forense?

Autoria: Aline Feitoza de Oliveira (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Historicamente no Brasil, a Antropologia Social e Antropologia Biológica seguiram caminhos separados. Quando se trata de Antropologia Forense, ou seja, a aplicação do corpo teórico e metodológico da disciplina para resolução de crimes, esse distanciamento ficou ainda maior. Seu desenvolvimento tornou-se cada vez mais medicalizado e restrito à instituições de perícia, geralmente policiais. O reflexo da não interação entre as áreas fica claro quando observamos as programações de cursos, congressos, ou outros espaços acadêmicos e formativos no Brasil. Este texto se propõe a discutir a imagem genérica que se construiu de que a antropologia forense não se relaciona com a Antropologia de modo geral ou que seja um conhecimento restrito a pequenos grupos que pouco ou nada lidam com ela, seja no viés social ou biológico. Vem discutir como a Antropologia de forma integrada (4 fields), sendo uma ciência política e engajada, pode contribuir para a formação dos espaços de perícia mais humanizados e tecnicamente mais preparados. Juntar os conceitos da antropologia social e biológica, entendendo o homem como um só e sem pre-conceitos deterministas, apresenta um grande potencial para auxílio na resolução de crimes e processos de violações de direitos humanos. Essas questões são vivenciadas pela autora quando se pergunta: a luz desse contexto nacional, qual o tipo de antropologia se pretende fazer em um Centro de Antropologia e Arqueologia Forense?

[Trabalho completo](#)

Conjunturas em antropologia biológica que contribuem para o desenvolvimento de estudos em antropologia da saúde: biocomplexidade e perspectiva biocultural

Autoria: Karla Pamela Reveles Martínez (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Cada pessoa de qualquer sociedade está ligada a certa noção de saúde, doença, terapias e tratamentos, e o pessoal que a trata. Desde o século XIX na Europa, iniciou-se o estudo desse tipo de conhecimento no campo da saúde. Aqueles que começaram a conduzir esses estudos deram origem ao que foi chamado de Antropologia Médica e, posteriormente, Antropologia da Saúde. Um esforço recente nesse campo é a abertura do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e uma das áreas de pesquisa do PPGA-UFPA é a Bioantropologia, cuja linha de pesquisa é a Socioecologia da saúde e a doença. Como a abordagem socioecológica contribui para estudos de saúde e doença? E como foram desenvolvidas as metodologias que incluem esses eixos de estudo? Para tentar abordar essas questões, nesta apresentação pretende-se falar de duas abordagens teóricas e metodológicas, a abordagem



biocultural e a biocomplexidade, que são o produto do difícil caminho que levou à reconciliação das abordagens biológicas com as culturais em Antropologia biológica. O objetivo é mostrar alguns eventos que contribuíram para moldar a noção de biocultura através do diálogo entre Antropologia e Ecologia. Posteriormente, serão mencionadas umas críticas que Ingold e a construção de nicho humano fizeram ao programa neo-darwiniano, e como isso é uma fonte que contribuiu para a noção de biocomplexidade. Por fim, será feita uma síntese com os aspectos mais relevantes e compatíveis entre os termos biocultura e biocomplexidade e como eles contribuem para os estudos em saúde em antropologia.

Culto ao gene: uma discussão sobre a tecnociência a partir do Programa Biológico Internacional

Autoria: Igor Costa Oliveira (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

O presente work retoma ao caso paradigmático envolvendo os povos indígenas Yanomami, na década de 1960, de violações éticas e jurídicas nas pesquisas com seres humanos. Os eventos de coleta do sangue e criopreservação, armazenados em grandes universidades e laboratórios, retomam o cenário complexo do International Biological Program (IBP) e pesquisas bioantropológicas da época para pensar as relações entre a Antropologia e Biologia, com a virada ontológica e as prospecções do humano com o potencial latente da informação genética. O potencial elevado de individualização possibilitado com a leitura genômica (devir biológico) construiu um novo estatuto sociocultural para o modo de fazer ciência. A linguagem informacional, criada pela cibercultura, coloca todo o mundo existente sob o controle instrumental da tecnociência e do capital, estabelecendo, uma nova condição epistêmica e esforços tecnocientíficos de controlar o futuro, desdobrando em outros projetos como o The Human Genome Diversity Project. A pesquisa bibliográfica-documental confere aos depoimentos e narrativas Yanomami a forma de ?narrativas científicas? para o reconhecimento de outras existências e mundos relacionais.

[Trabalho completo](#)

Evolução da linguagem: sermos seletivos é natural?

Autoria: Beto Vianna (UFS)

Ganha espaço, nas últimas décadas, o interesse pela evolução da linguagem nas ciências linguísticas, um empreendimento multidisciplinar envolvendo não só biólogos evolutivos, mas psicólogos, arqueólogos, antropólogos e outros cientistas sociais. Debates sobre a continuidade e descontinuidade da linguagem, os mecanismos evolutivos envolvidos, o ritmo da evolução, e que aspectos do fenômeno devem ser privilegiados em uma abordagem evolutiva, têm ajudado a repensar discussões mais tradicionais, ou gerais, na investigação sobre a linguagem, o comportamento e as culturas humanas. Os estudos comparados, no entanto, ainda são vistos com desconfiança pelos linguistas e antropólogos sociais. A distinção ontológica entre linguagem (humana) e comunicação (animal) impõe uma divisão de work na investigação desses fenômenos, entre o que é da competência do linguista e o que deve ser deixado a cargo dos cientistas da natureza. Proponho, com a ajuda de alguns estudos sobre as relações coontogênicas em humanos e não humanos, refletir sobre as dificuldades ? disciplinares, políticas, epistemológicas ? que nós, cientistas, temos para escutar, ou criamos para não escutar, o que outros organismos têm a dizer.

[Trabalho completo](#)

Laboratórios de Antropologia Forense: um campo de batalha antropológico na construção de corpos humanos

Autoria: Victória Franco Martin (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)



Este work tem como objetivo levantar reflexões acerca da Antropologia Forense, e as tensões entre Antropologia Biológica e Antropologia Social que permeiam essa área. Para isso, partirei de um estudo comparativo de caráter etnográfico, desenvolvido por mim entre 2014 e 2016: primeiro, no laboratório do Serviço de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto (IMLAP), principal unidade da região metropolitana do Rio de Janeiro; e segundo, no laboratório do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF), onde atuei como voluntária em um projeto de identificação de desaparecidos políticos intitulado Grupo de work Perus (GTP). Este estudo me permitiu ter uma ampla concepção da Antropologia Forense e suas práticas em contextos bastante distintos. Assim, além de problematizar o suposto caráter objetivo, neutro e apolítico dos saberes científicos, busquei compreender de que modo a produção destes saberes, em diferentes contextos e processos de legitimidade, produzem corpos humanos, a partir de "objetos morto-vivos" (ossos), simbólica e socialmente dentro do laboratório. Nesses ambientes, predominam os discursos científicos biomédicos e jurídicos, cabendo ressaltar que há uma construção institucional dos mortos que se dá através do encontro e confronto desses discursos, que se chocam e ao mesmo tempo se complementam num processo de construção, significação e re-significação dos remanescentes ósseos humanos que, embora carreguem o estigma da morte, dão vida ao laboratório de Antropologia Forense e têm vida social dentro e fora dele.

Morfologia Craniana e Identificação de Ancestralidade em Cemitério Colonial

Autoria: Andersen Liryo da Silva (UFRJ), Bruna RIBEIRO ? UERJ e ENSP/Fiocruz (PIBIC/CNPq) Sheila MENDONÇA DE SOUZA ? ENSP/Fiocruz

A igreja Matriz de Santo Antônio de Itacambira, Minas Gerais, data do início do século XVIII, havendo registros conhecidos de enterros no local entre 1754 e 1916. Desde 1998 é patrimônio cultural daquele Estado (IEPHA/MG), sendo sua arquitetura única. Teve em seu cemitério centenas de sepultamentos até o início do século XX. Há algumas décadas, uma exumação total ou parcial resultou em um depósito de ossos/restos mumificados de mulheres, homens e crianças no espaço existente entre o piso de madeira da Igreja e o solo abaixo. Embora este depósito nunca tenha sido pesquisado, alguns dos remanescentes humanos, doados à Fiocruz na década de 1980 para estudos paleoparasitológicos e tafonômicos, foram incorporados à Coleção Paleoparasitológica e de Fezes Recentes de Animais (CPFERA) da mesma instituição, na Escola Nacional de Saúde Pública. No presente work, busca-se avançar na questão da identificação ancestral dos indivíduos exumados a partir da análise morfológica dos seus remanescentes. A existência de três crânios humanos quase totalmente esqueletizados, possibilitou aplicar métodos craniométricos para inferência de ancestralidade, cruzando seus resultados com dados históricos e contextuais. Na análise foram realizadas 24 medidas em cada crânio, sempre que possível, e aplicadas no FORDISC 2.0, um software forense de análise discriminante multigrupos, de modo a comparar a morfologia encontrada com grandes bases de dados craniométricos disponíveis para diferentes grupos populacionais humanos antigas (Howells) e recentes. Como resultado foram feitas classificações tentativas em base probabilística e os resultados comparados a dados históricos (inventários de óbitos da igreja, referências históricas locais, etc) e contextuais. Os 3 crânios apresentaram morfologias distintas entre si, tendo o primeiro apresentado uma morfologia mais aproximada às populações do Sul/Sudeste asiático (Sul do Japão e Moriuri); o segundo, com morfologia mais próxima de povos africanos (Dogon/Zulu); e, o terceiro, com morfologia mais europeia (Zalavar). Esta diversidade morfológica espelha a diversidade da população local historicamente registrada e confirmada pelos censos demográficos do Império. Além de Portugueses, Africanos escravos e libertos, ?pardos? e ?caboclos?, há registro inclusive de ?Puri? (Puri-Coroado?) nas inumações da igreja. Apesar da coerência entre resultados da análise e dados históricos, a falta de dados espaciais destes restos dificulta que se possa discutir o uso



diferenciado do espaço para cada tipo de indivíduo, o que vai demandar que o work avance em outros aspectos para enriquecer a discussão. Estudos de paleogenética e estudos isotópicos, em andamento, poderão também contribuir com estes resultados, e dessa forma avançar com as discussões.

[Trabalho completo](#)

Os artigos de Antropologia Física/Biológica na Revista de Antropologia: fontes para uma recapitulação histórica da Bioantropologia no Brasil (anos 1950 ? presente)

Autoria: Verlan Valle Gaspar Neto (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Este work apresenta os resultados parciais obtidos a partir de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo maior é prover uma recapitulação da Antropologia Biológica no Brasil a partir da segunda metade do século passado, tendo como material de análise a Revista de Antropologia, publicação da Universidade de São Paulo (USP). Este periódico é tido como o mais antigo, no país, dedicado exclusivamente à Antropologia, e teve seu primeiro número publicado no ano de 1953. Concebida por seu fundador, Egon Schaden, para abarcar as diversas subáreas da Antropologia, a partir dela é possível rastrear elementos concernentes ao desenvolvimento da Bioantropologia no Brasil, em termos de temas e objetos de pesquisa, e a sua representatividade em meio às outras subáreas. O projeto também ambiciona analisar todos os artigos de Bioantropologia publicados na Revista de Antropologia desde o ano de 1953 até o presente, identificando temas e especialidades, mapeando o pertencimento institucional de seus autores, e averiguando em que medida os temas discutidos nesses artigos ressoam debates em curso na Antropologia Biológica tanto no Brasil quanto no exterior. Esta iniciativa contempla duas frentes de ações metodológicas complementares entre si: quantitativa e qualitativa. A frente quantitativa prevê o levantamento e organização de dados referentes aos seguintes quesitos, relacionados a todos os artigos publicados na Revista de Antropologia desde 1953: autor (es), instituição, país, título do artigo, área (Antropologia Sociocultural, Antropologia Biológica, Antropologia Geral, Linguística, Arqueologia, Mais de uma área, Miscelânea). Entre outras coisas, esse levantamento permitirá verificar o percentual de participação de artigos de Antropologia Biológica, na revista, em comparação com as demais subáreas, nas últimas sete décadas. A dimensão qualitativa prevê uma análise minuciosa de cada um dos artigos de Bioantropologia publicados no periódico em questão, em ordem cronológica, a fim de situá-los no âmbito das discussões mais amplas sobre a história e o desenvolvimento teórico-metodológico dessa área no Brasil e alhures. Em síntese, nesta primeira fase, que contou com o auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), na forma de uma bolsa de iniciação científica, foram triados mais de uma centena de artigos publicados entre os anos 1950 e 1960, com os de Antropologia Biológica correspondendo a quase 14% deste total. Os artigos qualitativamente analisados até agora revelam uma Antropologia Biológica situada entre sua herança histórica tipológica e racial e o alvorecer de um futuro orientado pelas "boas novas" da Genética (e que no exterior selaria o suposto comprometimento da Antropologia com as diretrizes da Síntese Neodarwiniana).

Perda de dentes em ribeirinhos do Médio Solimões, Amazonas: atendimento odontológico e a percepção local sobre a saúde bucal

Autoria: Pedro Jose Tótora da Glória (Universidade Federal do Pará), Verlan Gaspar Neto

A cárie dentária é uma descalcificação do tecido dentário devido à ação de ácidos orgânicos produzidos por fermentação bacteriana de carboidratos da dieta, especialmente açúcares simples. Essa patologia dentária leva à cavitação do dente, e, quando a raiz é exposta, causa dor intensa e pode levar à perda dentária. Cáries passou a ser um problema significativo em humanos com o advento da agricultura, e hoje apresenta alta ocorrência em ambientes urbanos com alto consumo de açúcar simples. Diversas medidas de saúde pública



têm sido tomadas para diminuir sua ocorrência, tais como a fluoretação da água, campanhas de higiene bucal e a oferta de tratamento odontológico. Não obstante, as populações rurais brasileiras em geral têm pouco acesso a esses serviços. O presente work problematiza a questão das representações locais sobre saúde bucal em face da dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde odontológica, tendo como ponto de partida os resultados obtidos a partir de 66 entrevistas semiestruturadas realizadas junto a comunidades ribeirinhas dos municípios de Fonte Boa, Maraã e Uarini, na área do Médio Solimões, Amazônia, em julho de 2017. Essas comunidades estão em processo de transição nutricional, aliando uma dieta tradicional baseada na agricultura de queima e corte, além da pesca, com o consumo de produtos industrializados obtidos na cidade. Os resultados revelam que a maioria dos entrevistados classifica a extração dentária como algo positivo (73,81%, N=42), uma vez que ela propicia o alívio da dor. Outro aspecto é que uma parcela dos entrevistados (36,67%, N=60) faz uso concomitante de remédios comprados e naturais para o alívio da dor de dente. Além disso, apenas uma parcela dos entrevistados (51,52%, N=66) considera a alimentação como causa da perda de dentes. Considerando o acesso aos serviços de saúde como um direito humano básico, propomos uma reflexão sobre os recursos práticos e as representações simbólicas operadas em populações que estão à margem desse serviço tanto no plano preventivo como no plano terapêutico. Essas comunidades ribeirinhas vivem uma situação de transição entre a vida urbana e a tradicional, e os problemas bucais enfrentados pelos indivíduos são conceituados e remediados por meio de uma combinação de elementos distintos. Embora haja uma diretriz política de saúde bucal no Brasil que inclua promoção e prevenção, constatamos que nessas comunidades rurais a relação com o serviço de saúde é pautada pela urgência em arrancar dentes. De fato, os resultados obtidos permitem entrever que muito daquilo que as populações alvo do estudo pensam e fazem com relação à saúde bucal está, em alguma medida, associado à questão da dificuldade de acesso aos serviços públicos e às transições de estilo de vida nessa área.

Saúde, cultura, biodiversidade e território: encontros e desencontros entre práticas de saúde na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará

Autoria: Thomaz Xavier Carneiro (UFPA - Universidade Federal do Pará), Barbara Xavier Carvalho Marcílio Pedroso Serrão Maria de Lourdes Beldi de Alcântara Fábio Lambertini Tozzi Marília Brasil Xavier Maria da Conceição Nascimento

As práticas tradicionais de saúde são produto de profundas relações das populações com seu território e sua diversidade biológica e cultural. Este estudo tem os objetivos de investigar as relações entre o sistema oficial de saúde pública (SUS) e um sistema de saúde tradicional, suas relações e conflitos; formas de uso, processos, práticas, fonte de conhecimento, origem dos recursos, entre outros, utilizados para diferentes agravos, especialmente doenças negligenciadas tropicais; e como esse patrimônio material e imaterial coletivo pode ser valorizado, e inclusive musealizado e patrimonializado, a partir de uma visão decolonial de saúde. Metodologicamente, a pesquisa inclui aspectos qualitativos e quantitativos, utilizando metodologias da antropologia da saúde, etnobiologia e museologia. Os participantes incluíram profissionais de saúde das Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e Fluviais e referências de saúde tradicional nas comunidades. O território da pesquisa envolveu duas comunidades da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, município de Santarém, Pará, com populações de origem diversa, identificada amplamente como ribeirinha e cabocla, passando também por processo de etnogênese indígena. A pesquisa foi submetida, avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, e realizada de acordo com as resoluções 466/12 e 510/2016 do CNS. A pesquisa só foi iniciada após viagens preliminares e construção de rapport, reuniões comunitárias e consulta prévia, livre e informada,



com as lideranças comunitárias, que assinaram termo de Consulta Prévia, Livre e Informada. A pesquisa também obedece a legislação ambiental, através da Licença 65253-2 (SISBIO/ICMBio/MMA) e a Lei nº 13.123/2015. São apresentados resultados preliminares com 15 referências de saúde tradicional e 12 referências de saúde oficial. Houve relatos de diferentes tipos de interação entre os sistemas de saúde, com a presença de conflitos. Dos profissionais de saúde tradicional foram identificadas diversas práticas como benzeção, puxação e usos diversos terapêuticos de plantas e animais, com elaboração de listas livres de plantas e animais, cálculos etnobotânicos, doença mais comuns referidas, modo de anamnese, fonte de conhecimento, relações simbólicas e interações religiosas, frequência de procura, modos de preparo etc. Todos os benzedores e puxadores referiram a necessidade espiritual/religioso para a prática terapêutica, o que não ocorreu em totalidade com outras categorias. O diálogo cultural entre os sistemas oficial e popular, obedecendo a legislação vigente e o empoderamento de saúde e cultura na população, podem levar à uma melhor relação entre os sistemas e a melhores desfechos de saúde.

Antropologia física: raça e população por Nina Rodrigues e Roquette-Pinto

Autoria: Levi Barbosa de Melo (UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Este work foi desenvolvido com base em um levantamento bibliográfico e histórico documental sobre a trajetória da antropologia física no Brasil e a partir de dois protagonistas; Nina Rodrigues e Roquette-Pinto que tiveram destaque na área. O conceito de raça usado por Nina (1862-1906) e população por Roquette-Pinto (1884-1954) foram abordados como termos importantes para uma emblemática a ser discutida. O tempo em que raça foi utilizado pelos pesquisadores corresponde também, ao período dos estudos de craniometria e criminologia, temas que Nina Rodrigues discutiu e outros pensadores da época. Já população aparece quando os debates a respeito do uso do termo raça não seria adequado. Roquette-Pinto apresenta uma nova forma de se pensar a antropologia física, diferente da abordada por Nina. População viria a substituir o termo raça. Não foi somente uma mudança de termos, o alcance foi maior. Com base nisso o intuito deste work é investigar e entender como esses conceitos tiveram papéis importantes na trajetória da área, na obra e vida institucional da antropologia física. Os dois conceitos marcam dois pontos distintos da área mas que possuem uma concepção se tratando da trajetória da antropologia física no Brasil.

O (Não)Lugar da Evolução Humana na Educação Básica Brasileira: Uma revisão sistemática da literatura científica

Autoria: Ruan Carlos Neris do Carmo (Universidade Federal do Pará), Alder Mourão, Hilton P. Silva

Introdução: Este estudo se orienta pela seguinte questão: Quais as características das produções científicas dos últimos cinco anos (2015 a 2019) sobre a temática da evolução humana (EH) na educação básica brasileira? As concepções de C. Darwin inseridas na obra *A Origem das Espécies* marcaram o século XIX e as reformulações teóricas destas se desdobraram na Síntese Moderna e na Síntese Estendida. Os temas e conceitos da Teoria Evolutiva nem sempre são facilmente ensinados pelos professores ou apreendidos pelos alunos nas salas de aula do ensino básico. As questões e razões sobre estas dificuldades têm sido investigadas em análises do tipo *Estado da Arte?*, nas quais se observa que há presença reduzida de estudos referentes à EH. Considerando a importância dessa temática para o entendimento geral da origem da Humanidade e compreendendo que a compreensão desse processo perpassa diferentes níveis educacionais e áreas de conhecimento, é de suma importância investigar especificamente qual o lugar ocupado pelo ensino de EH na educação básica. Método: realizou-se pesquisa de revisão sistemática da literatura com o uso da estratégia de busca por palavras-chave aplicada nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, Redalyc e SciELO. Utilizou-se critérios de inclusão e



exclusão que nortearam o processo de seleção dos estudos. E analisou-se os dados a partir da análise temática de Minayo. Resultados: As buscas revelaram 3580 referências potencialmente relevantes para os objetivos da revisão, cuja verificação de títulos reduziu para 54 artigos, que foram submetidos ao processo de análise por critérios previamente estabelecidos, assim resultando em 10 referências que constituem o corpus desta revisão sistemática. A leitura completa e análise da amostra de estudos revelaram que estes se caracterizam por serem desenvolvidos, sobretudo, por pesquisadores das áreas educacionais em ciências, matemática e saúde; por se voltarem em maior número para o ensino médio e por terem seus focos temáticos centrados principalmente em Produtos Educacionais, subdivididos em análises de materiais didáticos e paradidáticos em geral e Sequência de Atividades em sala de aula ou extraclasse, embora exista também uma pequena presença de estudos que tratam da Perspectiva de discentes ou docentes. Conclusões: Observa-se que há ainda poucas pesquisas sobre a temática da EH no ensino básico e maior preocupação dos autores com a análise de processos de ensino (materiais e experiências), sendo ainda raros estudos que abordam o lugar da EH nos currículos escolares, livros didáticos e a formação dos professores para o seu ensino no nível de ensino fundamental.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: